



REQUERIMENTO Número /XI (.ª)

PERGUNTA Número 2646 /XI (.ª)

Expeça-se

Publique-se

2010105105

Secretário da Mesa

Recebeu

Assunto: Aumento da pendência processual em 2009

Destinatário: Ministro da Justiça

*Por determinação do SR SECRETÁRIO da
Sua Secretária da Mesa*

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

10.05.09
[Signature]

A Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) publicou, no passado dia 30 de Abril, dados sobre o movimento processual nos tribunais de 1ª instância no ano de 2009, verificando-se um aumento de 7,8% do número de processos pendentes, o que contraria a tendência de diminuição registada entre 2006 e 2008.

Segundo a nota explicativa da DGPJ, "este resultado fica a dever-se a um aumento dos processos entrados (+5,7%) e a uma diminuição do número de processos findos (-15,7%). Estas variações resultam, em grande parte, dos movimentos processuais cíveis, que representaram cerca de 68% dos processos entrados e 63% dos processos findos nos tribunais de 1ª instância. É de destacar o comportamento da acção executiva, responsável por 89,2% do aumento da pendência".

Tal nota refere, em relação às acções executivas, que se observou, em 2009, "um saldo processual próximo do registado no período de 2001 a 2005", cifrando-se este acima das 100.000 acções.

Importa, por isso, conhecer em pormenor os números que sustentam a estatística divulgada, concretamente na área da acção executiva, e indagar o Senhor Ministro da Justiça sobre as medidas que estão a ser tomadas para responder a esta situação, que exige medidas de intervenção urgentes.

Nesse sentido, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Governo, por intermédio do Ministro da Justiça, que sejam respondidas as seguintes

perguntas:

- Em relação à acção executiva, no ano de 2009, qual o número de processos entrados, de processos findos e de processos pendentes no final do período?
- Que medidas concretas estão a ser preparadas pelo Governo para tornar a acção executiva mais rápida e eficaz? E para quando estão previstas essas medidas?
- Volvidos mais de quatro meses sobre a data da criação da Comissão encarregue de formular propostas de alteração ao Código de Processo Civil, qual o ponto de situação dos trabalhos desta Comissão? Para quando está prevista a apresentação de propostas nesta matéria?

Palácio de São Bento, 4 de Maio de 2010.

(Rui Miguel Nacido)

Miguel Nacido

Fernando Trás

Hugo Veloso
(Hugo Veloso)

Deputado(a)s:

(Fernando Negrão)

Fernando Negrão

Miguel Monteiro